

MEMBROS DA COMISSÃO DE INCLUSÃO SOCIAL ENTENDERAM QUE FAZENDO A RESERVA DE VAGAS PARA ALUNOS DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTARIAM CONTEMPLANDO A POPULAÇÃO NEGRA

Movimento negro promete reagir à exclusão do sistema de cotas

A proposta da Ufes é reservar vagas apenas para estudantes de escolas públicas

KRISTIANE PEREIRA
ELISANGELA BELLO

O Movimento Negro está indignado com a proposta de cotas da Ufes – que contempla apenas a reserva para estudantes de escolas públicas – e está preparando uma contra-proposta que será apresentada na audiência de segunda-feira, que será realizada no Auditório do CCJE. O projeto do Movimento preza pela inclusão de índios e negros no sistema, bem como alunos da rede pública.



Eles não admitem a cota para estudantes negros, e não podemos fechar os olhos para isso. Já que remete àquela velha história de que temos preconceito contra os brancos”

RODRIGO FERREIRA
Movimento Negro
Capixaba

De acordo com Gilberto Batista, do Movimento Negro, a Ufes não pode vincular um possível aumento de 20% das vagas dos cursos com o sistema de cotas para negros, já que para conseguir o aumento é necessário um investimento muito grande. “Como uma universidade que não tem dinheiro nem para comprar papel higiênico pode propor uma mudança que depende de um investimento muito alto?”.

Um dos receios dos integrantes do Movimento é que a proposta feita pela comissão faça com que os estudantes de escolas públicas culpem ou se afastem do Movimento Negro.

Nenhuma das propostas que serão apresentadas pela Comissão Especial de Inclusão Social da Ufes na segunda-feira prevê cotas específicas para negros.

De acordo com o vice-presidente da comissão, professor Antônio Carlos Moraes, as propostas não são definitivas, mas os membros entenderam que fazendo a reserva de vagas para alunos de escolas públicas estariam contemplando automaticamente a população negra. “Os excluídos do vestibular da Ufes são os alunos vindos da escola pública”.

Citando como exemplo o curso de Medicina, o professor ressaltou que entre os candidatos às 80 vagas, 36,02% eram afrodescendentes. Quando a análise é feita entre os aprovados, o percentual chega a 37%. “A escola pública aprovou 6 candidatos, destes, quatro eram afrodescendentes e foram aprovados para o primeiro semestre, ou seja, entrariam com cota ou não”.

RAÇA X CLASSE SOCIAL

■ **O que quer o Movimento Negro:**

■ **Metade.** O sistema de cotas defendido pelo movimento estipula que 50% das vagas sejam reservadas para quem optar por esse sistema, sendo 26% para negros, 23% para estudantes de escolas públicas e 1% para índios

■ **Critério.** As vagas seriam divididas por curso e os candidatos precisariam se auto-declarar negros, índios ou comprovarem que estudaram em escolas públicas durante todo o período escolar

■ **Escola pública.** A proposta prevê ainda que primeiro se-

rão privilegiados os negros que tiverem estudado apenas na rede pública, seguidos pelos que concluíram o ensino médio da rede pública municipal ou estadual e os que fizeram cursinho público preparatório para vestibular, e só depois, os que estudaram na rede particular

■ **O que propõe a Comissão Especial de Inclusão Social da Ufes:**

Três propostas serão apresentadas nas audiências públicas marcadas para as últimas semanas de junho

■ **Demanda.** A primeira prevê que a reserva de vagas acompanhe a demanda de

alunos vindos de escolas públicas que se inscrevem no vestibular. No último processo seletivo cerca de 42% se enquadravam nessa classificação

■ **Mais vagas.** A segunda proposta prevê a definição de reserva de vagas também para estudantes de escolas públicas, mas associada ao aumento no número de vagas. No primeiro ano, com a expansão de 10% nas vagas, se faria a reserva de 20% para alunos de escolas públicas. O mesmo aconteceria no ano seguinte e no último ano, a reserva seria de 10%

■ **Reserva simples.** A terceira

proposta não condiciona a reserva de vagas à expansão da oferta. Mesmo que o governo mantenha o número de vagas em cada curso, seriam reservadas 20% das vagas para estudantes da rede pública

■ **Audiências:**

■ **18 de junho.** Debate sobre a implantação do sistema de inclusão social na Ufes, às 14 horas, no auditório do CCJE, com os movimentos sociais

■ **24 de junho.** A segunda audiência pública sobre o assunto acontece no mesmo local, mas dessa vez, com gestores da educação básica da rede pública e das particulares